



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2022
PROCESSO Nº: 2021/1134024

O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SEASTER, UASG: 925872, representada pelo Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, Sr. INOCÊNCIO RENATO GASPARIM, designado pelo DECRETO ESTADUAL, de 1º de janeiro de 2019, publicado no DOE nº. 33.771, de 02/01/2019, torna público para ciência dos interessados, por seu Pregoeiro, Sr. ANDERSON CLAYTON AIRES RIBEIRO, designado pela PORTARIA nº 1139/2022 - SEASTER, de 17/08/2022, publicada no DOE nº 35.080, de 18/08/2022 que realizará o certame licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, modo de disputa ABERTO, que será regido pelos termos estabelecidos neste Edital e seus anexos, à Constituição Federal, de 1988, a opção de utilização da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, à Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº. 10.024 de 20 de setembro de 2019, a Constituição do Estado do Pará, de 05/10/1989, a Lei Estadual nº 6.474, de 06 de agosto de 2002, Decreto Estadual nº 534, de 04 de fevereiro de 2020, Decreto Estadual nº 1.354/2015, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações, Lei Estadual nº 8.417, de 07 de novembro de 2016, à Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, Instrução Normativa SEAD nº 002/2018, Instrução Normativa SEAD nº 003/2018, à Legislação correlata e demais exigências previstas neste edital.

Data: 14/09/2022

Horário: 08h00min

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1 – DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **aquisição de Material de Higiene Pessoal**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens conforme tabela constante do Termo de Referência.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. **Conforme Termo de Referência (Anexo I) os LOTES 02, 03, 04 e 05 desta licitação serão destinados à participação exclusiva de MICROEMPRESAS – ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, nos termos da Lei estadual nº 8.417, de 07/11/2016 e da Lei Complementar Federal nº 147, de 2014.**

2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Pará, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 43104/ 87101

Fonte: 0166/ 0107

Programa de Trabalho: 08.241.1505.8865/ 08.244.1505.8860

Elemento de Despesa: 339030



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

3.5. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. Que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.6.1. A vedação de constituição de empresas em consórcio, para o presente objeto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Tal vedação, expressa neste Edital, visa afastar a restrição à competição e, por conseguinte, maximizar o número de participantes no Pregão, uma vez que, no consórcio, diversas empresas são reunidas para apresentação de



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

única proposta, reduzindo o número de potenciais licitantes e/ou incentivando as ilegais práticas de conluio/cartel.

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3. É vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13);

4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.4.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 – DO ENVIO DA PROPOSTA



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

- 5.1. A licitante deverá encaminhar a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, exclusivamente pelo sistema eletrônico até a data e horários marcados para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento das propostas e dos documentos de habilitação.
- 5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.5.1. Valor total;
- 5.5.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 5.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Licitante.
- 5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente **no fornecimento do objeto;**
- 5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, nos termos do art. 18, § 5º-C, inciso VI, c/c § 5º-H, da Lei Complementar nº 123, de 2006
- 5.9. A apresentação das propostas implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os objetos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratuais, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.10. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.11. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

- 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema
- 6.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.13. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE** conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.14. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.14.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 6.14., será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 6.14.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 6.14. e 6.14.1., a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 6.14.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 6.14.1., o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço mediante justificativa.
- 6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.16. Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

6.17. Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19. Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.20. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

6.20.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o pregoeiro convocará a licitante que tiver ofertado o Menor Preço, no presente Pregão, para encaminhar pelo **Sistema COMPRASNET**, a proposta de preços com a descrição completa do objeto ofertado, identificando a licitante com todos os dados, inclusive bancários, **no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos**, findo o mesmo, se a licitante não anexar a proposta, estará a mesma desclassificada, sendo convocada a licitante seguinte com o melhor lance para que, nas mesmas condições da anterior, providencie a referida cópia da proposta.

7.2. Para fins de aceitação da proposta vencedora e a critério da unidade requisitante, o pregoeiro poderá solicitar amostra(s) de item(s) a fim de avaliar a conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

7.2.1. O prazo para entrega da(s) amostra(s) será de, no máximo, 02 (dois) dias úteis, a contar da convocação feita pelo pregoeiro.

7.2.2. Os critérios adotados para análise e posterior aprovação das amostras são:

- a) Análise de conformidade com a descrição do item exigida no Termo de Referência;
- b) Análise de qualidade (material, formato, prazo de validade);

7.2.3. A recusa da amostra pelo setor competente terá força de indeferimento da proposta ofertada, já que a Contratante reserva-se o direito de recusar proposta em desacordo com este Termo de Referência.

7.2.4. Após análise, a amostra porventura recusada ficará disponível para devolução, ficando sob a responsabilidade da licitante as despesas com o recolhimento da mesma que deverá ocorrer no prazo de até 05 dias úteis.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

7.2.5. A amostra aprovada fará parte do 1º (primeiro) pedido do respectivo material, quando da efetivação da requisição por meio de nota de empenho, devendo ser de qualidade e características idênticas ao aprovado na avaliação.

7.3. Se a proposta de preços não for aceitável ou se a Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame.

7.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisórios, ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

7.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:

7.5.1. Contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.5.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.5.3. Apresentar preço final superior ao preço máximo aceitável fixado de acordo com o estabelecido mediante procedimento estabelecido na Instrução Normativa SEAD nº 002, de 2018, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.6. A proposta final do licitante deverá:

7.6.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

7.6.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

7.7. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.7.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

7.8. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

7.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

7.11. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para o Órgão licitante e nem firam os direitos das demais Licitantes.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

7.12. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

7.13. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, e no art. 8º da Lei Estadual nº 8.417, de 2016, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria - Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantida pelo Conselho Nacional de Justiça: (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.7. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

8.1.8. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.9. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.1.10. Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à verificação de regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10 a 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.1.10.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.1.10.2. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.1.11. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, **no prazo de 120 (cento e vinte) minutos**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

8.1.12. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e do art. 7º, §1º, da Lei Estadual nº 8.417, de 2016.

8.1.13. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.

8.2. Habilitação Jurídica

8.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

8.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.2.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.2.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943;

8.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.3.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.4. Qualificação Econômico-Financeira

8.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.4.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro;

8.4.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.4.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

8.4.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.5. Qualificação Técnica

8.5.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.5.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.5.1.1.1 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.5.1.2. Apresentar Certificado ou Alvará Sanitário, emitido pelo Órgão competente, que comprove que a licitante foi vistoriada pelo serviço de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, oficialmente demonstrando que está apta para o seu funcionamento regular atual.

8.5.2 Também deverá ser apresentada Declaração do representante legal da licitante atestando que a mesma não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, de ente federal, estadual ou municipal.

8.6. Caso haja necessidade de complementação de envio para confirmação da documentação solicitada para habilitação relacionados nos subitens acima, as mesmas deverão ser apresentadas em meio digital pelos licitantes, por meio do módulo de envio de anexos do sistema COMPRASGOVERNAMENTAIS, **no prazo de 120 (cento e vinte) minutos**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.8. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.12. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor,



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.14. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e no art. 8º da Lei Estadual nº 8.417, de 2016, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DOS RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo vinte minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.1. Nesse momento, o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123, de 2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

12.2. O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no **prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

12.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

12.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

12.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

12.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

12.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses.

12.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

12.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

12.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

12.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13. DO REAJUSTE

13.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Instrumento de Contrato, anexo a este Edital.

14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Instrumento de Contrato.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

15.1. As obrigações do Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Instrumento de Contrato.

16. DO PAGAMENTO

16.1. As regras acerca do pagamento do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo II a este Edital.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5. Cometer fraude fiscal;

17.1.6. Não assinar o contrato;

17.1.7. Não entregar a documentação exigida no edital;

17.1.8. Não manter a proposta;

17.1.9. Declarar informações falsas;

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

17.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

17.2.2. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

17.2.3 multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.5. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Estado do Pará com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.2.5.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 17.2.5 deste Edital também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 17.1 supra;

17.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados.

17.3 As sanções previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.3, 17.2.4 e 17.2.5, poderão ser aplicados à contratada juntamente com as de multa moratória, descontando- a dos pagamentos a serem efetuados. 17.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº. 8.972, de 13 de janeiro de 2020.

17.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e nos demais cadastros.

17.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

18.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **cpl.seaster@gmail.com** ou por **petição protocolada no endereço do órgão licitante**, no horário de **08h00min as 14h00min**.

18.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor jurídico, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

18.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail **cpl.seaster@gmail.com**.

18.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

19. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

19.1. O contratado deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens, em atendimento ao Decreto Estadual 1.354/2015.

19.2. Consideram-se obrigações contratuais que visam à promoção da sustentabilidade nas contratações públicas, dentre outras:

I - redução do consumo de água e energia elétrica;

II - adoção das seguintes medidas em relação aos resíduos sólidos:

a) coleta seletiva;

b) destinação final ambientalmente adequada, por meio de reutilização, reaproveitamento, reciclagem, compostagem, geração de energia, tratamento ou disposição final;

c) gestão integrada de resíduos sólidos;

d) logística reversa;

e) manejo integrado de resíduos sólidos;

III - utilização, preferencialmente, de mão de obra local;

IV - observância das determinações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Conselho Nacional do Meio Ambiente e de outras entidades que estabeleçam normas relativas à proteção do meio ambiente.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

20.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

- 20.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 20.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.7. Não havendo vencedor para a cota reservada (se houver) para M.E ou E.P.P., esta deverá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 20.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital, de seus anexos e das disposições do sistema COMPRASNET ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Governador José Malcher, 1018, 2º andar, Nazaré, Belém - Pará, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 20.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 20.15.1. Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA
- 20.15.2. Anexo II – RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA ENTREGA
- 20.15.3. Anexo III -MINUTA DECONTRATO

Belém, 30 de agosto de 2022.

Anderson Clayton Aires Ribeiro
Pregoeiro – SEASTER
Matrícula nº 54190370/1



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa especializada para a **Aquisição de Material de Higiene de Pessoal** visando atender a demanda dos abrigos vinculados à Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda.

LOTE 01 - BELÉM

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CÓDIGO SIMAS	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
1	ABSORVENTE HIGIÊNICO , c/ aba e gel, para fluxo normal, pacote c/ no mínimo 8 unidades	PCT	177163-9	317	4,08	1.293,36
2	ALGODÃO produzido à partir de rigorosa seleção de fibras naturais, 100% puro algodão hidrófilo, que asseguram qualidade, higiene, maciez e alto poder de absorção, pacote com no mínimo 100g	PCT	005993-5	608	4,12	2.504,96
3	ALGODÃO produzido à partir de rigorosa seleção de fibras naturais, 100% puro algodão hidrófilo, que asseguram qualidade, higiene, maciez e alto poder de absorção, pacote com no mínimo 500g.	PCT	005994-3	502	12,58	6.315,16
4	ALICATE DE UNHA PARA CUTÍCULAS em aço carbono niquelado, com corte preciso de alta durabilidade; cabo texturizado, pois dessa forma não desliza e oferece mais segurança no manuseio; com pontas finas, que permitam o acesso à cutícula; com molas resistentes; com redutor de atrito.	UND	078830-9	238	21,99	5.233,62
5	BARBEADOR DESCARTÁVEL , com no mínimo duas lâminas de aço, cabeça móvel, com fita lubrificante, cabo de plástico. Pct. c/ no mínimo 02 unidades.	PCT	174563-8	3960	2,82	11.167,20
6	COLÔNIA DESODORANTE , unisex, adulto frasco com no mínimo 250ml, fragrância de alfazema ou lavanda.	FRC	063815-3	2139	14,94	31.956,66
7	COLONIA INFANTIL , antialérgico, sem álcool, fragrância de alfazema ou Lavanda frasco com no mínimo 200ml.	FRC	184897-6	159	21,94	3.488,46



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

8	CORTADOR DE UNHA. Alicates para corte de unhas; com lâminas afiadas com alta durabilidade, garantindo um Corte preciso; Em aço inoxidável, com mola resistente e cabo longo	UND	210078-9	238	7,62	1.813,56
9	CREME DENTAL EM PASTA, com flúor, tubo flexível com no mínimo 180g, acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto e registro no ministério da saúde.	TB	183020-1	2376	10,63	25.256,88
10	CREME DENTAL INFANTIL. Em pasta, com flúor, tubo flexível com no mínimo 90g, acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto e registro no ministério da saúde.	TB	219089-3	80	5,29	423,20
11	CREME ADULTO para prevenção de assaduras, 50mg, 30g (dexpanthenol) Preventivo para assadura de adultos com vitamina A e vitamina E.	UND	074938-9	238	24,82	5.907,16
12	CREME INFANTIL PARA ASSADURAS. Para assaduras de bebês, com vitamina A e vitamina E. Testado por dermatologistas e Recomendados por pediatras, 50mg/60g, pomada.	BIG	177186-8	14	33,26	465,64
13	CREME DE BARREIRA, hidrófobo, 60g.	TB	208704-9	436	77,16	33.641,76
14	DESODORANTE CREMOSO, 55g	PT	033446-4	449	4,49	2.016,01
15	DESODORANTE LIQUIDO ADSTRIGENTE DE LEITE DE ROSAS, c/170ml	FRC	179435-3	608	8,64	5.253,12
16	DESODORANTE ROLLON, 70g	FRC	219105-9	608	5,58	3.392,64
17	DESODORANTE SPRAY, 80mls/ álcool	FRC	158367-0	1518	7,31	11.096,58
18	ENXAGUANTE BUCAL, com no Mínimo 250ml.	FRC	211690-1	489	23,92	11.696,88
19	ESCOVA P/CABELO EM PLÁSTICO ADULTO, com cerdas macias e pontas protetoras. A escova de cabelo deve desembaraçar os cabelos com total conforto, comodidade, suavidade e sem machucar o couro cabeludo, indicada para todos os tipos de cabelos secos ou úmidos. Cores e estampas diversas.	UND	047704-4	80	4,28	342,40



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

20	ESCOVA DENTAL ADULTO , cerdas Macias em nylon, polidas e arredondadas na cor natural, dispostas em quatro fileiras de tufo, retas, com cantos arredondados e contendo no mínimo 32 tufo. Embalada individualmente conforme praxe do fabricante trazendo externamente os dados de identificação e procedência.	UND	142013-5	647	2,34	1.513,98
21	ESCOVA DENTAL INFANTIL , com cerdas macias; atóxicas, ponta das cerdas com terminação redonda, arredondada, lisa, pluriforme, e polida, textura macia, cerdas micro texturizadas.	UND	041011-0	159	9,03	1.435,77
22	ESPONJA PARA BANHO , textura macia e Hipoalergênica, formato anatômico.	UND	209566-1	951	4,20	3.994,20
23	FIO DENTAL , polipropileno entrelaçado, ceramicro cristalino, aroma de citros, ácidos cítricos, 100m	ROL	010522-8	132	4,56	601,92
24	HASTE (COTONETE) FLEXÍVEL , com pontas de algodão, tipo Cotonete. Caixa c/ 100 unidades.	CX	012249-1	1479	3,24	4.791,96
25	HIDRATANTE CORPORAL EM CREME , Frasco em plástico com tampa articulada para facilitar a abertura, 200ml	FRC	205480-9	1479	10,58	15.647,82
26	LENÇO EM PAPEL , umedecido, sem	PT	178260-6	1320	27,36	36.115,20
27	LENÇO UMEDECIDO , s/álcool, demaquilante, c/25.	PCT	210581-0	1716	11,99	20.574,84
28	PENTE FINO , pente em plástico rígido para cabelo, dentes finos (para pioho), tamanho 10cm.	UND	011069-8	80	3,07	245,60
29	PENTE , para cabelo em plástico resistente.	UND	011070-1	80	5,90	472,00
30	PROTETOR DE COLCHÃO , impermeável medindo aproximadamente 88cmx 188cmx 36cm, percal 140 fios, confeccionado em 75% algodão enchimento 25% poliéster, forro impermeável, 60% poliéster e 40% polipropileno, cor branca.	UND	211210-8	898	57,07	51.248,86
31	PROTETOR DE CERDAS para escova dental. Protegem as cerdas de insetos, germes e sujeiras que podem entrar em contato com as cerdas da escova dental. Geralmente em sua composição é usado plástico, tamanho aproximado 3,8x2,2x2 cm.	UND	143353-9	264	6,85	1.808,40



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

32	REMOVEDOR DE ESMALTE , acetona; embalagem contendo 100ml.	FRC	197387-8	489	3,86	1.887,54
33	SABONETE LÍQUIDO PERFUMADO. Frasco com 1litro.	FRC	000991-1	1584	16,42	26.009,28
34	SABONETEIRA , dispenser em material plástico resistente para sabonete sem barra	UND	039799-7	542	6,70	3.631,40
35	TALCO INFANTIL ANTIALÉRGICO , descontaminado, com carbono de magnésio, extrato de algodão, essência e hidroxibenzoato de metila. Embalagem 200gr.	FRC	210033-9	489	15,14	7.403,46
36	TALCO ANTISSÉPTICO 100g Antialérgico descontaminado, extrato de algodão, essência de Hidroxibenzoato de metila.	FRC	022698-0	753	15,84	11.927,52
37	TESOURINHA PARA UNHAS em aço inoxidável, com laminas afiadas e alta durabilidade, garantindo um corte preciso	UND	191778-1	238	20,33	4.838,54
38	TOALHAS UMEDECIDAS. Pacote contendo 100 unidades, cada uma com tamanho de 20 cm x 15 cm (tolerância +1 cm /-1 cm), gramatura mínima de 35 g/m ² , Hipoalergênica dobradas individualmente e desenvolvidas com material adequado de modo que permita maciez, suavidade e eficácia a higiene. O produto não deve ser propenso a causar irritações em contato com a pele. As toalhas devem possuir fragrância suave e sua formula deve ser composta por 90% de água e gramatura mínima de 35 g/m ² . Pode conter extratos de Ervas cidreira Aloe vera ou Calêndula. Não deve conter: substancias e comprometam o desempenho do Produto e/ou proibidas por regulamentação/ legislação.	PT	075496-0	1584	11,75	18.612,00

LOTE 02 – BELÉM (LOTE COM COTA RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE M.E. / E.P.P.)

39	CONDICIONADOR INFANTIL. Não arde os olhos, testado dermatologicamente protege o cabelo, desembaraçando os fios, desenvolvido para uso diário e lavatório. Indicado para todos os tipos de cabelos. No mínimo 120ml	FRC	215308-4	159	8,04	1.278,36
40	CONDICIONADOR p/cabelo neutro, com no mínimo 350ml.	FRC	215306-8	159	10,33	1642,47



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

41	CREME P/PENTEAR , s/enxágue hidratação intensa, que proporcione brilho nos cabelos. Frasco com no mínimo 280g.	FRC	117159-3	159	11,98	1.904,82
42	CREME DE BARBEAR , bisnaga c/ 65g.	BIG	161597-1	462	13,33	6.158,46
43	SHAMPOO CAPILAR NEUTRO , para Todo tipo de cabelo. Embalagem em frasco com, 350ml.	FRC	063256-2	1479	9,15	13.532,85
44	SHAMPOO ESPECIFICO P/ PARASITAS , (piolhos e lêndeas) 100ml	FRC	011194-5	159	24,78	3.940,02
45	SHAMPOO INFANTIL , embalagem plástica, com aproximadamente 500ml, com dados de identificação do produto, datas de fabricação e validade e registro de ministério da saúde.	FRC	219129-6	159	15,44	2.454,96
46	SABONETE ANTIBACTERICÍDA , Líquido que higienize e elimine 99% de germes e bactérias, levemente perfumado e indicado para todos os tipos de pele. Frasco com aproximadamente 250ml.	FRC	049938-2	581	14,65	8.511,65
47	SABONETE COMUM , perfumado, em barra, 150g	UND	049633-2	475	3,27	1.553,25
48	SABONETE INFANTIL EM BARRA , neutro glicerinado para bebês – unidade contendo no mínimo 90g– com registro no MS. Embalagem individual.	UND	060156-0	159	5,24	833,16

LOTE 03 – ALTAMIRA (LOTE RESERVADO A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE M.E. / E.P.P.)

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CÓDIGO SIMAS	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
49	ABSORVENTE HIGIÊNICO , c/aba e gel, para fluxo normal, pacote contendo no mínimo/ 8 unidades.	PCT	177163-9	106	4,08	432,48
50	ABSORVENTE HIGIÊNICO NOTURNO , c/aba e gel, para fluxo normal, pacote contendo no mínimo 8 unidades.	PCT	196334-1	27	5,06	136,62
51	ABSORVENTE HIGIÊNICO ; s/aba e gel, para fluxo normal, pacote contendo no mínimo 8 unidades.	PCT	000782-0	80	3,48	278,40



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

52	ALGODÃO produzido à partir de rigorosa seleção de fibras naturais, 100% puro algodão hidrófilo, que asseguram qualidade, higiene, maciez e alto poder de absorção, pacote contendo no mínimo 100g.	PCT	005993-5	40	4,12	164,80
53	ALICATE DE UNHA PARA CUTÍCULAS ; em aço carbono niquelado, com corte preciso de alta durabilidade; cabo texturizado, pois dessa forma não desliza e oferece mais segurança no manuseio; com pontas finas, que permitam o acesso à cutícula; com molas resistentes; com redutor de atrito.	UND	078830-9	27	21,99	593,73
54	BARBEADOR DESCARTÁVEL , com no mínimo duas lâminas de aço, cabeça móvel, com fita lubrificante, cabo de plástico. pctc contendo no mínimo/ 02 unidades.	PCT	174563-8	106	2,82	298,92
55	COLÔNIA DESODORANTE , unissex, adulto frasco com 250 ml, fragrância de alfazema ou lavanda.	FRC	063815-3	53	14,94	791,82
56	COLONIA INFANTIL , antialérgico, sem álcool, fragrância de alfazema ou lavanda frasco contendo no mínimo 200ml.	FRC	184897-6	40	21,94	877,60
57	CONDICIONADOR INFANTIL . Não arde os olhos, testado dermatologicamente protege o cabelo, desembaraçando os fios, desenvolvido para uso diário e lavatório. Indicado para todos os tipos de cabelos contendo no mínimo 120 ml.	FRC	215308-4	40	8,04	321,60
58	CONDICIONADOR p/cabelo, neutro, com no mínimo 350 ml,	FRC	215306-8	80	10,33	826,40
59	CORTADOR DE UNHA . Alicates para corte de unhas; com lâminas afiadas com alta durabilidade, garantindo um corte preciso; em Aço inoxidável, com mola resistente e cabo longo.	UND	210078-9	14	7,62	106,68



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

60	CREME DENTAL EM PASTA , com Flúor, tubo flexível com no mínimo 180g, acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto e registro no ministério da saúde.	TB	183020-1	106	10,63	1.126,78
61	CREME DENTAL INFANTIL . Em pasta, com flúor, tubo flexível com no mínimo 90g, acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto e registro no ministério da saúde.	TB	219089-3	66	5,29	349,14
62	CREME INFANTIL PARA ASSADURAS . Creme preventivo para assaduras de bebês, com vitamina A e vitamina E. Testado por dermatologistas e Recomendados por pediatras.	BIG	177186-8	40	33,26	1.330,40
63	CREME P/ PENTEAR , s/enxague hidratação intensa, que proporcione brilho nos cabelos. Frasco com no mínimo 280g.	FRC	117159-3	80	11,98	958,40
64	DESODORANTE CREMOSO , Contendo no mínimo 55g	PT	033446-4	40	4,49	179,60
65	DESODORANTE LIQUIDO ADSTRIGENTE DE LEITE DE ROSAS , contendo no mínimo/170ml.	FRC	179435-3	66	8,64	570,24
66	DESODORANTE ROLLON , Contendo no mínimo 70g.	FRC	219105-9	40	5,58	223,20
67	DESODORANTE SPRAY , Contendo no mínimo 80 ml s/ álcool.	FRC	158367-0	106	7,31	774,86
68	ENXAGUANTE BUCAL , com no mínimo 250 ml.	FRC	211690-1	53	23,92	1.267,76
69	ESCOVA P/CABELO EM PLÁSTICO ADULTO , com cerdas macias e pontas protetoras. A Escova de Cabelo deve desembaraçar os cabelos com total conforto, comodidade, suavidade e sem machucar o couro cabeludo, indicada para todos os tipos de cabelos secos ou úmidos. Cores e estampas diversas	UND	047704-4	53	4,28	226,84



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

70	ESCOVAP/CABELO EM PLASTICO INFANTIL , com cerdas macias e pontas protetoras. A Escova de Cabelo deve desembaraçar os cabelos das crianças com total conforto, comodidade, suavidade e sem machucar o couro cabeludo, indicada para todos os tipos de cabelos secos ou úmidos. Cores e estampas diversas.	UND	178498-6	53	34,53	1.830,09
71	ESCOVA DENTAL ADULTO , cerdas macias em nylon, polidas e arredondadas na cor natural, dispostas em quatro fileiras de tufos, retas, com cantos arredondados e contendo no mínimo 32 tufos. Embalada individualmente conforme praxe do fabricante trazendo externamente os dados de identificação e procedência.	UND	142013-5	80	2,34	187,20
72	ESCOVA DENTAL INFANTIL , com cerdas macias; atóxicas, ponta das cerdas com terminação redonda, arredondada, lisa, pluriforme e polida, textura macia, cerdas micro texturizadas.	UND	041011-0	53	9,03	478,59
73	ESPONJA PARA BANHO , textura macia e Hipoalergênica, formato anatômico.	UND	209566-1	106	4,20	445,20
74	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM.P , fralda descartável infantil – tamanho pequena até 5 kg. Composta de fibras de celulose e polipropileno, adesivos termo plásticos, fios elásticos nas pernas, floco gel, barreiras anti-vazamento, para uso infantil. Acondicionado em embalagem apropriada de acordo com a praxe do fabricante, trazendo externamente, dados de identificação, procedência, número do lote e validade; prazo de validade mínimo de 12 meses, a partir da data de entrega. Pacote contendo no mínimo 48 unidades.	PCT	201513-7	14	44,69	625,66



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

75	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO M (de 5kg a 9 kg, aproximadamente), confeccionada em material impermeável, com formato anatômico, antialérgica, provida de adesivos na faixa ajustável, com fitas frontais para identificação, com gel super absorvente, com barreiras de proteção lateral anti vazamento, com indicador de umidade que muda de Cor. Pacote contendo no mínimo 48 unidades.	PCT	193693-0	27	47,13	1.272,51
76	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO G (de 9kg a 14 kg, aproximadamente), confeccionada em material impermeável, com formato anatômico, antialérgica, provida de adesivos na faixa ajustável, com fitas frontais para identificação, com gel super absorvente, com barreiras de proteção lateral anti vazamento, com indicador de umidade que muda de cor. Pacote contendo no mínimo 48 unidades.	PCT	150874-1	40	51,22	2.048,80
77	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO XG (de 14kg a 18 kg, aproximadamente), confeccionada em material impermeável, com formato anatômico, antialérgica, provida de adesivos na faixa ajustável, com fitas frontais para identificação, com gel super absorvente, com barreiras de proteção lateral anti vazamento, com indicador de umidade que muda de cor. Pacote contendo no mínimo 48 unidades.	PCT	149725-1	27	53,96	1.456,92
78	HASTE (COTONETE) FLEXÍVEL , com pontas de algodão, tipo cotonete. Caixa contendo no mínimo 100 unidades.	CX	012249-1	66	3,24	213,84
79	HIDRATANTE CORPORAL EM CREME , frasco em plástico com tampa articulada para facilitar a abertura, contendo no mínimo, 200ml.	FRC	205480-9	66	10,58	698,28
80	LENÇO EM PAPEL , umedecido, sem álcool, levemente perfumados. Pote contendo no mínimo/ 400 unidades.	PT	178260-6	40	27,36	1,094,40



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

81	OLEO CORPORAL , de amêndoas doce. Frasco com aproximadamente 100ml.	FRC	118196-3	66	32,12	2.119,92
82	OLEO CORPORAL PARA BEBÊ , preparado com óleo mineral de puríssima qualidade, que ajuda a manter a umidade natural da pele. sua fórmula transparente e emoliente hidrata e amacia a pele, suavizando as partes ásperas e ressecadas do corpo contendo no mínimo 200ml.	FRC	210029-0	27	30,89	834,03
83	PENTE FINO , pente em plástico rígido para cabelo, dentes finos (para piolho), tamanho 10cm.	UND	011069-8	53	3,07	162,71
84	PENTE , para cabelo em plástico resistente.	UND	011070-1	106	5,90	625,40
85	REPELENTE INSETOS , ação repelente: borrachudos, muriçocas, mosquito da dengue, mosquitos, pernilongos. Substancia repelente principal: deet, apresentação: loção hidratante com aloe vera; aplicação: diretamente na pele. Indicação: acima de 12 anos. Frasco contendo no mínimo 200 ml	FRC	096865-0	53	16,84	892,52
86	REMOVEDOR DE ESMALTE , acetona; embalagem contendo no mínimo 100ml.	FRC	197387-8	40	3,86	154,40
87	SABONETE COMUM , perfumado, em barra, contendo no mínimo 150g	UND	049633-2	66	3,27	215,82
88	SABONETE ANTIBACTERICIDA , líquido que higienize e elimine 99% de germes e bactérias, levemente perfumado indicado para todos os tipos de pele. Frasco com aproximadamente 250ml.	UND	049938-2	106	14,65	1.552,90
89	SABONETE INFANTIL EM BARRA , Neutro glicerinado para bebês – unidade contendo no mínimo 90g – com registro no MS. Embalagem individual.	UND	060156-0	66	5,24	345,84
90	SABONETE LÍQUIDO PERFUMADO . Frasco contendo no mínimo 1 litro.	FRC	000991-1	66	16,42	1.083,72



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

91	SABONETEIRA , dispenser em material plástico resistente para sabonetes em barra.	UND	039799-7	80	6,70	536,00
92	SHAMPOO CAPILAR NEUTRO , para todo tipo de cabelo. Embalagem em frasco contendo no mínimo, 350ml.	FRC	063256-2	80	9,15	732,00
93	SHAMPOO ESPECIFICO P/ PARASITAS , (piolhos e lêndeas) contendo no mínimo 100ml.	FRC	011194-5	40	24,78	991,20
94	SHAMPOO INFANTIL , embalagem plástica, com aproximadamente 500ml, com dados de identificação do produto, datas de fabricação e validade e registro de ministério da saúde.	FRC	219129-6	53	15,44	818,32
95	TALCO INFANTIL ANTI-ALÉRGICO , descontaminado, com carbono de magnésio, extrato de algodão, essência e hidroxibenzoato de metila. Embalagem contendo no mínimo 200gr.	FRC	210033-9	53	15,14	802,42
96	TESOURINHA EM AÇO INOX , lâminas curvas e afiadas desenvolvidas para proporcionar um corte preciso das unhas. Garante acabamento perfeito. Esterilizável em autoclave.	UND	191778-1	27	20,33	548,91

LOTE 04 - MARABÁ (LOTE RESERVADO A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE M.E. / E.P.P.)

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CÓDIGO SIMAS	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
97	ABSORVENTE HIGIÊNICO , c/aba e gel, para fluxo normal, pacote contendo no mínimo 8 unidades.	PCT	177163-9	264	4,08	1.077,12
98	ABSORVENTE HIGIÊNICO NOTURNO , c/ aba e gel, para fluxo normal, pacote contendo no mínimo 8 unidades.	PCT	196334-1	264	5,06	1.335,84
99	ABSORVENTE HIGIÊNICO ; s/aba e gel, para fluxo normal, pacote contendo no mínimo 8 unidades.	PCT	000782-0	132	3,48	459,36
100	ALGODÃO produzido à partir de rigorosa seleção de fibras naturais, 100% puro algodão hidrófilo, que asseguram qualidade, higiene, maciez e alto poder de absorção,	PCT	005993-5	53	4,12	218,36



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

	pacote contendo no mínimo 100g.					
101	ALICATE DE UNHA PARA CUTÍCULAS; em aço carbono niquelado, com corte preciso de alta durabilidade; cabo texturizado, pois dessa forma não desliza e oferece mais segurança no manuseio; com pontas finas, que permitam o acesso à cutícula; com molas resistentes; com redutor de atrito.	UND	078830-9	27	21,99	593,73
102	BARBEADOR DESCARTÁVEL, com no mínimo duas lâminas de aço, cabeça móvel, com fita lubrificante, cabo de plástico. Pct contendo no mínimo 02 unidades.	PCT	174563-8	80	2,82	225,60
103	COLÔNIA DESODORANTE, unisex, adulto frasco contendo no mínimo 250 ml, fragrância de alfazema ou lavanda.	FRC	063815-3	53	14,94	791,82
104	COLONIA INFANTIL, antialérgico, sem álcool, fragrância de alfazema ou lavanda frasco contendo no mínimo 200 ml.	FRC	184897-6	40	21,94	877,60
105	CONDICIONADOR INFANTIL. Não arde os olhos, testado dermatologicamente protege o cabelo, desembaraçando os fios, desenvolvido para uso diário e lavatório. Indicado para todos os tipos de cabelos contendo no mínimo 120ml.	FRC	215308-4	132	8,04	1.061,28
106	CONDICIONADOR p/cabelo neutro, neutro, com no mínimo 350 ml.	FRC	215306-8	80	10,33	826,40
107	CORTADOR DE UNHA. Alicates para corte de unhas; com lâminas afia das com alta durabilidade, garantindo um Corte preciso; Em aço inoxidável, com mola resistente e cabo longo.	UND	210078-9	27	7,62	205,74
108	CREME DENTAL EM PASTA, com flúor, tubo flexível com no mínimo 180g, acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto e registro no ministério da saúde.	TB	183020-1	132	10,63	1.403,16



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

109	CREME DENTAL INFANTIL. Em pasta, com flúor, tubo flexível com no mínimo 90g, acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto e registro no ministério da saúde.	TB	219089-3	132	5,29	698,28
110	CREME INFANTIL PARA ASSADURAS. Creme preventivo para assaduras de bebês, com vitamina A e vitamina E. Testado por dermatologistas e recomendados por pediatras, 50mg- 60g.	BIG	177186-8	53	33,26	1.762,78
111	CREME P/PENTEAR, s/ enxágue hidratação intensa, que proporcione brilho nos cabelos. Frasco com no mínimo 280g.	FRC	117159-3	80	11,98	958,40
112	DESODORANTE CREMOSO, contendo no mínimo 55g.	PT	033446-4	40	4,49	179,60
113	DESODORANTE LIQUIDO ADSTRINGENTE DE LEITE DE ROSAS, contendo no mínimo 170ml.	FRC	179435-3	66	8,64	570,24
114	DESODORANTE ROLLON, contendo no mínimo 70g.	FRC	219105-9	40	5,58	223,20
115	DESODORANTE SPRAY, contendo no mínimo 80ml s/álcool.	FRC	158367-0	66	7,31	482,46
116	ENXAGUANTE BUCAL, com no Mínimo 250 ml.	FRC	211690-1	66	23,92	1.578,72
117	ESCOVA INFANTIL PARA CABELO EM PLÁSTICO, INFANTIL, com cerdas macias e cerdas protetoras. A escova de cabelo devem desembaraçar os cabelos com total conforto, comodidade suavidade, e sem machucar o couro cabeludo, indicada para todos os tipos de cabelo. Cores e estampas diversas.	UND	178498-6	53	34,53	1.830,09
118	ESCOVA P/ CABELO EM PLÁSTICO ADULTO, com cerdas macias e pontas protetoras. A Escova De Cabelo deve desembaraçar os cabelos com total conforto, comodidade,	UND	047704-4	53	4,28	226,84



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

	suavidade e sem machucar o couro cabeludo, indicada para todos os tipos de cabelos secos ou úmidos. Cores e estampas diversas.					
119	ESCOVA DENTAL ADULTO , cerdas Macias em nylon, polidas e arredondadas na cor natural, dispostas em quatro fileiras de tufo, retas, com cantos arredondados e contendo no mínimo 32 tufo. Embalada individualmente conforme praxe do fabricante trazendo externamente os dados de identificação e procedência.	UND	142013-5	80	2,34	187,20
120	ESCOVA DENTAL INFANTIL , com cerdas macias; atóxicas, ponta das cerdas com terminação redonda, arredondada, lisa, pluriforme, e polida, textura macia, cerdas micro texturizadas.	UND	041011-0	53	9,03	478,59
121	ESPONJA PARA BANHO , textura macia e Hipoalergênica, formato anatômico.	UND	209566-1	106	4,20	445,20
122	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM. P , fralda descartável infantil tamanho pequena até 5kg. Composta de fibras de celulose e polipropileno, adesivos termoplásticos, fios elásticos nas pernas, floco gel, barreiras anti- vazamento, para uso infantil. Acondicionado em embalagem apropriada de acordo com a praxe do fabricante, trazendo externamente, dados de identificação, procedência, número do lote e validade; prazo de validade mínimo de 12 meses, a partir da data de entrega. Pacote contendo no mínimo 48 unidades.	PCT	201513-7	40	44,69	1.787,60
123	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO M (de 5kg a 9 kg, aproximadamente), confeccionada em material impermeável, com formato anatômico, antialérgica, provida de adesivos na faixa ajustável, com fitas frontais para identificação, com gel super absorvente, com barreiras de proteção lateral	PCT	193693-0	40	47,13	1.885,20



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

	antivazamento, com indicador de umidade que muda de Cor. Pacote contendo no mínimo 48 unidades.					
124	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO G (de 9kg á 14 kg, aproximadamente), confeccionada em material impermeável, com formato anatômico, antialérgica, provida de adesivos na faixa ajustável, com fitas frontais para identificação, com gel super absorvente, com barreiras de proteção lateral anti vazamento, com indicador de umidade que muda de cor. Pacote contendo no mínimo 48 unidades.	PCT	150874-1	40	51,22	2.048,80
125	HASTE (COTONETE) FLEXÍVEL , com pontas de algodão, tipo cotonete. Caixa contendo no mínimo 100 unidades.	CX	012249-1	66	3,24	213,84
126	HIDRATANTE CORPORAL EM CREME , frasco em plástico com tampa articulada para facilitar a abertura, 200ml.	FRC	205480-9	66	10,58	698,28
127	LENÇO EM PAPEL , umedecido, sem álcool, levemente perfumados. Pote C/400 unidades.	PT	178260-6	40	27,36	1.094,40
128	LENÇO UMEDECIDO , s/ álcool, demaquilante, c/25.	PCT	210581-0	13	11,99	155,87
129	OLEO CORPORAL , de amêndoas doce. Frasco com aproximadamente 100ml.	FRC	118196-3	66	32,12	2.119,92
130	OLEO CORPORAL PARA BEBÊ , preparado com óleo mineral de puríssima qualidade, que ajuda a manter a umidade natural da pele. Sua fórmula transparente e emoliente hidrata e amacia a pele, suavizando as partes ásperas e ressecadas do corpo contendo no mínimo 200 ml.	FRC	210029-0	27	30,89	834,03
131	PENTE FINO , pente em plástico rígido para cabelo, dentes finos (para piolho), tamanho mínimo 10 cm.	UND	011069-8	53	3,07	162,71
132	PENTE , para cabelo em plástico resistente.	UND	011070-1	106	5,90	625,40



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

133	REPELENTE INSETOS , ação repelente: borrachudos, muriçocas, mosquito da dengue, mosquitos, pernilongos. Substancia repelente principal: deet, apresentação: loção hidratante com aloe vera; aplicação: diretamente na pele. Indicação: acima de 12 anos, frasco contendo no mínimo 200ml.	FRC	096865-0	53	16,84	892,52
134	REMOVEDOR DE ESMALTE , acetona; embalagem contendo no mínimo 100 ml.	FRC	197387-8	40	3,86	154,40
135	SABONETE ANTIBACTERICÍDA , líquido que higienize e elimine 99% de germes e bactérias, levemente perfumado e indicado para todos os tipos de pele. Frasco com aproximadamente 250ml.	FRC	049938-2	106	14,65	1.552,90
136	SABONETE COMUM , perfumado, em barra, contendo no mínimo 150g.	UND	049633-2	66	3,27	215,82
137	SABONETE INFANTIL EM BARRA , Neutro glicerinado para bebês – unidade com no mínimo 90g – com registro no MS. Embalagem individual.	UND	060156-0	66	5,24	345,84
138	SABONETE LÍQUIDO PERFUMADO . Frasco contendo no mínimo 1 litro.	FRC	000991-1	80	16,42	1.313,60
139	SABONETEIRA , dispenser em material plástico resistente para sabonetes em barra.	UND	039799-7	106	6,70	710,20
140	SHAMPOO CAPILAR NEUTRO , para todo tipo de cabelo. Embalagem em frasco com, no mínimo 350ml.	FRC	063256-2	80	9,15	732,00
141	SHAMPOO ESPECIFICO P/ PARASITAS , (piolhos e lêndeas) contendo no mínimo 100ml.	FRC	011194-5	66	24,78	1.635,48
142	SHAMPOO INFANTIL , embalagem plástica, com aproximadamente 500ml, com dados de identificação do produto, datas de fabricação e validade de registro de ministério da saúde.	FRC	219129-6	132	15,44	2.038,08



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

143	TALCO INFANTIL ANTIALÉRGICO , descontaminado, com carbono de magnésio, extrato de algodão, essência e hidroxibenzoato de metila. Embalagem com no mínimo 200gr.	FRC	210033-9	132	15,14	1.998,48
144	TESOURINHA EM AÇO INOX , lâminas curvas e afiadas desenvolvidas para proporcionar um corte preciso das unhas. Garante acabamento perfeito. Esterilizável em autoclave.	UND	191778-1	53	20,33	1.077,49

LOTE 05 - SANTARÉM (LOTE RESERVADO A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE M.E. / E.P.P.)

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CÓDIGO SIMAS	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
145	ABSORVENTE HIGIÊNICO , c/aba e gel, para fluxo normal, pacote com no mínimo 8 unidades.	PCT	177163-9	66	4,08	269,28
146	ABSORVENTE HIGIÊNICO NOTURNO , c/ aba e gel, para fluxo normal, pacote com no mínimo 8 unidades.	PCT	196334-1	66	5,06	333,96
147	ALGODÃO produzido á partir de rigorosa seleção de fibras naturais, 100% puro algodão hidrófilo, que asseguram qualidade, higiene, maciez e alto poder de absorção, pacote contendo no mínimo 500g.	PCT	005994-3	40	12,58	503,20
148	BARBEADOR DESCARTÁVEL , com no mínimo duas laminas de aço, cabeça móvel, com fita lubrificante, cabo plástico.	PCT	174563-8	27	2,82	76,14
149	COLÔNIA DESODORANTE , unisex, adulto frasco contendo no mínimo 250 ml, fragrância de alfazema ou lavanda.	FRC	063815-3	53	14,94	791,82
150	COLONIA INFANTIL , antialérgico, sem álcool, fragrância de alfazema ou lavanda frasco contendo no mínimo 200ml,	FRC	184897-6	40	21,94	877,60
151	CONDICIONADOR INFANTIL . Não arde os olhos, testado dermatologicamente protege o cabelo, desembaraçando os fios, desenvolvido para uso diário e lavatório. Indicado para todos os	FRC	215308-4	40	8,04	321,60



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

	tipos de cabelos. Contendo no mínimo 120ml					
152	CONDICIONADOR p/cabelo neutro, com no mínimo 350ml.	FRC	215306-8	53	10,33	547,49
153	CREME DENTAL EM PASTA ADULTO , com flúor, tubo flexível com no mínimo 180g, acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto e registro no ministério da saúde.	TB	183020-1	53	10,63	563,39
154	CREME DENTAL INFANTIL , em pasta, com flúor, tubo flexível com no mínimo 90g, acondicionado em embalagem original do fabricante, com dados de identificação do produto e registro no ministério da saúde.	TB	219089-3	40	5,29	211,60
155	CREME INFANTIL PARA ASSADURAS . Creme preventivo para assaduras de bebês, com vitamina A e vitamina E. Testado por dermatologistas e recomendados por pediatras, 50mg - 60g, pomada.	BIG	177186-8	27	33,26	898,02
156	DESODORANTE CREMOSO , Contendo no mínimo 55g	PT	033446-4	53	4,49	237,97
157	ESCOVA DENTAL ADULTO , cerdas macias em nylon, polidas e arredondadas na cor natural, dispostas em quatro fileiras de tufos, retas, com cantos arredondados e contendo no mínimo 32 tufos. Embalada individualmente conforme praxe do fabricante trazendo externamente os dados de identificação e procedência.	UND	142013-5	53	2,34	124,02
158	ESCOVA DENTAL INFANTIL , com cerdas macias; atóxicas, ponta das cerdas com terminação redonda, arredondada, lisa, pluriforme, e polida, textura macia, cerdas micro texturizadas.	UND	041011-0	40	9,03	361,20



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

159	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM. P , fralda descartável infantil - tamanho pequena (3 a 8kg). Composta de fibras de celulose e polipropileno, adesivos termoplásticos, fios elásticos nas pernas, flocogel, barreiras antivazamento, para uso infantil. Acondicionado em embalagem apropriada de acordo com a praxe do fabricante, trazendo externamente, dados de identificação, procedência, número do lote e validade; prazo de validade mínimo de 12 meses, a partir da data de entrega. Contendo no mínimo 48 unidades.	PCT	201513-7	66	44,69	2.949,54
160	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO M (de 5kg a 9 kg, aproximadamente), confeccionada em material impermeável, com formato anatômico, antialérgica, provida de adesivos na faixa ajustável, com fitas frontais para identificação, com gel super absorvente, com barreiras de proteção lateral antivazamento, com indicador de umidade que muda de Cor. Pacote contendo no mínimo 48 unidades.	PCT	193693-0	66	47,13	3.110,58
161	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO G (de 9kg a 14 kg, aproximadamente), confeccionada em material impermeável, com formato anatômico, antialérgica, provida de adesivos na faixa ajustável, com fitas frontais para identificação, com gel super absorvente, com barreiras de proteção lateral antivazamento, com indicador de umidade que muda de cor. Pacote contendo no mínimo 48 unidades.	PCT	150874-1	80	51,22	4.097,60
162	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO XG (de 14 kg a 18 kg, aproximadamente), confeccionada em material impermeável, com formato anatômico, antialérgica, provida de adesivos na faixa ajustável, com fitas frontais para identificação,	PCT	149725-1	80	53,96	4.316,80



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

	com gel super absorvente, com barreiras de proteção lateral antivazamento, com indicador de umidade que muda de cor. Pacote contendo no mínimo 48 unidades.					
163	HASTE (COTONETE) FLEXÍVEL , com pontas de algodão, tipo cotonete. Caixa c/ no mínimo 100 unidades.	CX	012249-1	27	3,24	87,48
164	HIDRATANTE CORPORAL INFANTIL EM CREME , frasco em plástico com tampa articulada para facilitar a abertura, contendo no mínimo 200ml.	FRC	219482-1	53	20,29	1.075,37
165	HIDRATANTE CORPORAL EM CREME , frasco em plástico com tampa articulada para facilitar a abertura, contendo no mínimo 200ml.	FRC	205480-9	53	10,58	560,74
166	LENÇO EM PAPEL , umedecido, sem álcool, levemente perfumados. Pote contendo no mínimo 400 unidades.	PT	178260-6	27	27,36	738,72
167	LENÇO UMEDECIDO , s/ álcool, demaquilante, c/25.	PCT	210581-0	27	11,99	323,73
168	OLEO CORPORAL PARA BEBÊ , preparado com óleo mineral de puríssima qualidade, que ajuda a manter a umidade natural da pele, sua fórmula transparente e emoliente hidrata e amacia a pele, suavizando as partes ásperas e ressecadas do corpo 200 ml.	FRC	210029-0	40	30,89	1.235,60
169	PENTE FINO , pente em plástico rígido para cabelo, dentes finos (para piolho), tamanho 10cm.	UND	011069-8	53	3,07	162,71
170	PENTE , para cabelo em plástico resistente.	UND	011070-1	53	5,90	312,70
171	SABONETE COMUM , perfumado, em barra, contendo no mínimo 150g.	UND	049633-2	53	3,27	173,31
172	SABONETE INFANTIL EM BARRA , neutro glicerinado para bebês – unidade contendo no mínimo 90g–com registro no MS. Embalagem individual.	UND	060156-0	40	5,24	209,60
173	SHAMPOO CAPILAR NEUTRO , para todo tipo de cabelo. Embalagem em frasco com,	FRC	063256-2	53	9,15	484,95



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

	350ml.					
174	SHAMPOO INFANTIL , embalagem plástica, com aproximadamente 500ml, com dados de identificação do produto, datas de fabricação e validade e registro de ministério da saúde.	FRC	219129-6	40	15,44	617,60
175	TALCO INFANTIL ANTIALÉRGICO , descontaminado, com carbono de magnésio, extrato de algodão, essência e hidroxibenzoato de metila. Embalagem contendo no mínimo 200gr.	FRC	210033-9	40	15,14	605,60

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de material de **Higiene Pessoal** para atender às Unidades de Acolhimento vinculadas à Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda–SEASTER: **Nosso Lar Socorro Gabriel, Lar da Providência** ambos com capacidade para 50 idosos e **Abrigo Estadual de Mulheres – Belém, Abrigo Estadual de Mulheres de Altamira, Abrigo Estadual de Mulheres de Marabá, Abrigo Estadual de Mulheres de Santarém**, ambos com capacidade para até 20 pessoas.

2.2. Com objetivo de assegurar o abastecimento regular e contínuo aos Abrigos do Estado, haja vista a sua missão institucional que é promover a assistência social, garantindo aos cidadãos, especialmente, aos grupos da população em situação de vulnerabilidade social, direito e acesso à assistência social, à segurança alimentar e nutricional e aos programas de transferência de renda, de acordo com os princípios éticos e humanísticos, visando o desenvolvimento com justiça social da população do Estado do Pará. (Lei nº 7.028 de 30 de julho de 2007).

As unidades de acolhimento a Pessoa idosa utilizam dos materiais de higiene pessoal diariamente para asseio pessoal, banho, troca de fraldas entre outros cuidados de higiene. Assim como os UAPIS, os abrigos de mulheres também dependem destes materiais para higiene própria sem deixar de levar em consideração que algumas acolhidas têm filhos os quais também necessitam dos materiais de Higiene pessoal.

Dessa forma, faz-se necessário a aquisição de todos materiais lista dos neste Termo de Referência, propiciando assim a continuidade, adequação e o bem-estar do público atendido nas referidas UAPIS e Abrigo de Mulheres.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

3.1 A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520, de 2002, e do §1º do art. 2º do Decreto Estadual nº 2.069, de 2006, considerando que bens e serviços comuns são aqueles com padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente pelo edital de licitação, através de especificações usuais no mercado, como bem descrito no **item 1** deste Termo (incluindo código dos itens no Sistema Integrado de Materiais e Serviços– SIMAS).

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1 O prazo de entrega dos **Materiais de Higiene Pessoal** é mensal, sendo que a primeira entrega ocorrerá 5 (cinco) dias contados da assinatura do contrato em remessa parcelada, de acordo com a necessidade mensal acordada com cada abrigo e com as quantidades informadas no Anexo I(um), nos endereços referência dos no Anexo II (dois).

No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade de (dias), ou do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.2 Os matérias de higiene pessoal, serão recebidos mensalmente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 dia, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4 Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 24 horas, (01) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 4.5 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5 . OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 São obrigações do Contratante:

5.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

especialmente designado; e

5.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 1990);

6.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7 DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1 Nos termos do art.67 Lei nº8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica a corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4 Para fiscais do Contrato são indicadas as servidoras: **Thayana Marigliani Beltrão**; matrícula: **5906486-1**; CPF: **001.488.412-79**; e-mail: **thayanaufpa@hotmail.com** fone: 987079606 e Maria Aparecida Brito de Sousa, CPF: **692.092.192-87**, matrícula: **57225314-2**, e-mail: **cidasousa.educar@hotmail.com**, fone: **(91) 98563.2005**, ambas lotadas no Abrigo Estadual de Mulheres/Belém, respectivamente, requisitante do presente objeto.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em agência e conta corrente do Banco indicado pela Contratada.

10.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestara execução do objeto do contrato.

10.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Estado do Pará (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

10.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, de corrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

10.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.7 Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

das condições de habilitação exigidas no Edital.

10.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, a que se refere o item 10 deste Termo.

10.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos saltos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

10.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Contratante.

10.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. DO REAJUSTE

11.1 Os preços são fixos e irreajustáveis.

12 DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

12.1 Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

12.2 Não entregar a documentação exigida no edital;

12.3 Apresentar documentação falsa;

12.4 Causar o atraso na execução do objeto;

12.5 Não mantiver a proposta;

12.6 Falhar na execução do contrato;

12.7 Fraudar a execução do contrato;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

12.8 Declarar informações falsas;

12.9 Cometer fraude fiscal.

13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

13.2.2. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

13.2.3 multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida

13.2.5. Impedimento de licitar e contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Estado do Pará e o com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 13.2.5 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Instrumento;

13.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados.

13.3 As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.3, 13.2.4 e 13.2.5, poderão ser aplicados à contratada juntamente com as de multa moratória, descontando- a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº. 8.972, de 13 de janeiro de 2020.

13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e nos demais cadastros.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

ANEXO II
RELAÇÃO DE ENDEREÇOS DE ENTREGA

Nº	Unidades SEASTER	Endereço	Referência para localização
	UAPI Lar da Providência	Alameda: Samuca Levi, nº 25 – Bairro: Souza, Belém-Pará	Em frente ao Colégio Acrópole
	UAPI Nosso Lar Socorro Gabriel	Conjunto Promorar – Av. Norte, s/nº – Bairro: Val de Cans, Belém-Pará	Unidade Básica de Saúde de Val de Cans
	Abrigo Estadual de Mulheres – Belém	Rua: Magno de Araújo, nº 190 Bairro: Telegráfo, Belém-Pará	Perímetro: entre Pedro Alvares Cabral e Rua do Una
	Abrigo Estadual de Mulheres – Altamira	Travessa Florianópolis, 1226 – Bairro: Uirapuru, Altamira- Pará	*
	Abrigo Estadual de Mulheres – Marabá	Folha 10, quadra 15, lote 12 – Bairro: nova Marabá, Marabá - Pará	*
	Abrigo Estadual de Mulheres – Santarém	Avenida Galdino Veloso, nº 88 – Bairro: Centro, Santarém - Pará	*



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº /2022 - SEASTER

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE
PESSOAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE
ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO,
EMPREGO E RENDA-SEASTER E A EMPRESA

_____.

Por este Instrumento, de um lado, o **ESTADO DO PARÁ**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA**, com sede na Avenida Governador José Malcher, nº 1018, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.995.816/0001-04, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu titular, Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da carteira de identidade nº XXXXXX, inscrita no CPF/MF sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliada na rua XXXXXXXXXXXX_____, nesta Capital, e, do outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida na XXXXXXXX, inscrita sob CNPJ/MF nº XXXXXXXXXX e com Inscrição Estadual nº XXXXXXXXXX_____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXX_____, portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXXX, do CPF/MF nº XXXXXXXXXX e XXXXXXXXXXXXXXX residente e domiciliado (a) à XXXXXXXXXXXXXXX_____, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXXXXXXX e em observância às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Estadual nº 6.474, de 06 de agosto de 2002, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e pelo Decreto Estadual nº 534, de 04 de fevereiro de 2020, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão nº/20....**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME JURÍDICO:

1.1. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, à Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Constituição do Estado do Pará, de 05/10/1989, a Lei Estadual nº 6.474, de 06 de agosto de 2002, Lei Estadual nº 8.417, de 07 de novembro de 2016, Decreto Estadual nº 534, de 04 de fevereiro de 2020, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Estadual nº 1.354/2015, Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, da legislação correlata e demais exigências previstas no edital de licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

2.1. O presente Contrato tem como objeto a **aquisição de material de higiene pessoal**, conforme, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico Nº XXX/2022-SEASTER.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CONTRATO E SEUS DOCUMENTOS:

3.1. Integram o presente Contrato, mesmo sem transcrição e anexação, todos os documentos integrantes do pregão eletrônico nº xx/2022 - SEASTER, em especial o edital, seus anexos e a proposta da contratada.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – DOS ITENS E VALOR DO CONTRATO:

--	--	--	--

4.1. O valor total deste contrato corresponde à **R\$ XXXXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**.

4.1.1. No citado valor, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 5.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 6.1.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como, as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar.;

6.1.6. Informar o preposto, número de telefone e e-mail, a fim de atender às solicitações da CONTRATANTE;

6.1.7. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quanto da entrega do objeto do Termo de Referência.

6.1.8. Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, promovendo as readequações necessárias, sempre que forem detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

6.1.9 A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens, em atendimento ao Decreto Estadual nº 1.354, de 25 de agosto de 2015.

6.1.9.1 Consideram-se obrigações contratuais que visam à promoção da sustentabilidade nas contratações públicas, dentre outras:

I – redução do consumo de água e energia elétrica;

II – adoção das seguintes medidas em relação aos resíduos sólidos:

- a) Coleta seletiva;
- b) Destinação final ambientalmente adequada, por meio de reutilização, reaproveitamento, reciclagem, compostagem, geração de energia, tratamento ou disposição final;
- c) Gestão integrada de resíduos sólidos;
- d) Logística reversa;
- e) Manejo integrado de resíduos sólidos;

III – utilização, preferencialmente, de mão de obra local;

IV – observância das determinações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Conselho Nacional do Meio Ambiente e de outras entidades que estabeleçam normas relativas à proteção do meio ambiente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

7.1. O prazo de entrega **dos produtos** é mensal, sendo que a primeira entrega ocorrerá em até 5 (cinco) dias contados da assinatura do contrato em remessa parcelada, de acordo com a necessidade mensal acordada com cada abrigo, nos endereços referenciados no Anexo II.

7.1.1. A(s) Nota(s) de Empenho poderá (ão) ser encaminhada(s) por e-mail institucional, passando o prazo a contar do efetivo recebimento pelo fornecedor.

7.2. Os produtos serão recebidos semanalmente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 horas - 01 (um) dia, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, caso em que



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

a CONTRATANTE lavrará relatório de verificação circunstanciado, expondo o que houver constatado, com nova notificação à Contratante quando da entrega.

7.4. Após o recebimento provisório, a CONTRATANTE verificará o cumprimento pela CONTRATADA de todas as condições do contrato, além do cumprimento de todas as exigências, bem como qualquer alteração que se fizer necessária e pertinente ao objeto da presente contratação.

7.5. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 24 horas - 01 (um) dia, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 7.2 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.7. O recebimento do objeto obedecerá ao disposto na Lei nº 8.666/1993 e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos;

7.8. A CONTRATANTE fica reservado o direito de recusar de pronto o objeto que, flagrantemente, não esteja em conformidade com a descrição do item, sem prejuízo das atribuições dos executores do contrato.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE PAGAMENTO:

8.1. A Contratada apresentará nota fiscal para liquidação e pagamento das despesas que será efetuado mediante ordem bancária creditada em conta corrente do **Banco do Estado do Pará** onde a contratada deverá fazer constar à identificação do banco, agência e conta corrente. O pagamento será em até trinta dias 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega do objeto que reverá vir acompanhado da nota fiscal e recibo devidamente atestados pelo(s) fiscal(s) do contrato.

8.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.2. O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado após a verificação da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada junto a Seguridade Social (INSS) – CND Certidão Negativa de Débitos (Receita Federal), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS (Caixa Econômica Federal) e devem estar contidos na Nota fiscal e os dados da Secretaria.

8.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Estado do Pará (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

8.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.7. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

8.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, a que se refere o item 16.1. deste Termo.

8.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.10. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

8.10.1. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.10.2. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Contratante.

8.10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.12. Será de responsabilidade da contratada o recolhimento de todos os tributos, encargos e contribuições de qualquer natureza, inclusive para fiscais, de competência da União, do Estado e do Município que incidam sobre o objeto do presente contrato.

CLÁUSULA NONA – DA VALIDADE DOS PRODUTOS:

9.1. A validade dos produtos será de, no mínimo, 06 (seis) meses, ou igual ao fornecido pelo fabricante, o que for mais vantajoso para a CONTRATANTE, contados da data do recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

10.1. Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste contrato constam do orçamento aprovado da **Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda**, como a seguir especificado:

Unidade Orçamentária: 43104/87101

Funcional Programática: 08.241.1505.8865/ 08.244.1505.8860

Natureza da Despesa: 3390 30

Fontes: 0166/ 0107

Ação Detalhada: 253.937/253.938

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

11.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, com **início em xx/xx/xxxx e término em xx/xx/xxxx**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

12.1. O Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, desde que haja interesse da contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO VALOR A SER CONTRATADO:

13.1. No interesse da Administração, o valor inicial contratado poderá ser acrescido ou suprimido até os limites previstos na Lei Federal nº. 8.666/93.

13.2. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços contratados.

13.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

14.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica a co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

14.4. A contratante, por meio do setor competente, exercerá ampla fiscalização sobre a execução do contrato, ficando a contratada obrigada a facilitar o exercício desse direito.

14.5. A entrega será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da contratante, com atribuições técnicas específicas, devidamente designada por portaria, em cumprimento ao disposto na seção IV, artigo 67 da Lei 8.666.

14.6. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal serão encaminhadas aos seus superiores para a adoção das medidas convenientes e necessárias.

14.7. A fiscalização será exercida no interesse da contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos.

14.8. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato e termos do edital da licitação deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para a contratante.

14.9. Será procedida cuidadosa vistoria por parte da fiscalização, verificando a perfeita execução dos serviços especificados neste instrumento, sendo reprovados quaisquer serviços executados em desacordo com as condições pactuadas.

14.10. Estando as entregas em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela Fiscalização do Contrato e enviados ao setor financeiro da Contratante para pagamento.

14.10.1. Em caso de não conformidade, a Contratada será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas e providências cabíveis e deverá responder dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14.11. O Fiscal do contrato não permitirá, sob nenhuma hipótese, que empregados da licitante contratada executem tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas no edital, anexos, instrumento contratual e legislação aplicável.

14.12. O Fiscal do Contrato poderá exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada que vier a provocar a quebra de confiança ou embaraçar a fiscalização ou ainda que venha a se conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que foram atribuídas.

14.13. O servidor designado para atuar como fiscal do contrato terá que obedecer as disposições contidas no Decreto Estadual nº 870 de 04/10/2013 que, dentre outras atribuições terá que:

14.13.1. Registrar em relatório todas as ocorrências e deficiências porventura existentes e encaminhar cópia a contratada para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato e na lei;

14.13.2. Conferir se a execução do objeto está de acordo com as especificações exigidas;

14.13.3. Rejeitar no todo ou em parte a execução do objeto, se considerada em desacordo ou insuficiente, conforme os termos discriminados na proposta da contratada e no Termo de Referência anexo ao Edital;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

15.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº.8.666/93.

- a) A rescisão do contrato poderá ser:
- b) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do artigo 78, da supracitada lei, notificando-se a contratada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- c) amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração;
- d) Judicial, nos termos da legislação.

15.2 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.3 Será também rescindido no caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

15.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. Cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

16.2.2. Multa moratória de 0,5%(meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

16.2.3 multa compensatória de 5%(cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.5. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Estado do Pará com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.5.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 16.2.5 também é aplicável em



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 17.1 deste Contrato;

16.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados.

16.3 As sanções previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.3, 17.2.4 e 17.2.5, poderão ser aplicados à contratada juntamente com as de multa moratória, descontando- a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, Lei Estadual nº. 8.972, de 13 de janeiro de 2020, subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº. 8.972, de 13 de janeiro de 2020.

16.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e nos demais cadastros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO:

17.1. As obrigações do presente contrato suspender-se-ão sempre que ocorrerem circunstâncias alheias à vontade, controle e ação das partes, causadas por motivo de força maior ou caso fortuito, na forma do Código Civil, desde que sua ocorrência seja alegada e comprovada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO:

18.1. O presente Contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10 (dez) dias a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO:

19.1. É competente o foro da Cidade de Belém, Estado do Pará, para dirimir todas as questões relativas ou resultantes do presente contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Belém, de de202X.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA- SEASTER

Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

DOE nº:

Data:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO, EMPREGO E RENDA.
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO